

Mulheres pretas e pardas: vulnerabilidades ocorridas de 2010 a 2018 no extremo sul baiano

Black and brown women: vulnerabilities occurred from 2010 to 2018 in the extreme southern of Bahia

Bárbara Ferraz Barbosa^{1*} , Camila Bordignon Barbosa¹ , Debora Neves de Santana² , Cosme Andrade de Almeida³ , Vivian Miranda Lago^{3,4} 

¹Universidad de Aquino Bolivia, Santa Cruz de la Sierra, BO, Bolívia.

²Faculdade Pitágoras de Teixeira de Freitas, Teixeira de Freitas, BA, Brasil.

³Faculdade do Sul da Bahia, Teixeira de Freitas, BA, Brasil.

⁴Faculdade Pitágoras de Medicina de Eunápolis, Eunápolis, BA, Brasil.

*bferraz.barbosa@hotmail.com

RESUMO

A violência altera a sociedade de inúmeras formas, sendo desproporcional em relação às mulheres, principalmente, pretas e pardas em situação de vulnerabilidade, o que as deixam propensas a marcas que influenciam seu cotidiano. Objetivou-se com esta temática analisar a prevalência de violência doméstica, sexual e/ou outras condicionantes em mulheres pretas e pardas no período de 2010 a 2018, no extremo sul baiano. Para a concretude da presente pesquisa, no campo metodológico optou-se pela abordagem epidemiológica, transversal, descritiva por meio das informações secundárias fornecidas pelo Ministério da Saúde na base de dados DATASUS, avaliando o estado e a macrorregião do Extremo Sul, correlacionando com o número de violência psicológica/moral em ambos. Ao adentrar as questões que nortearam este estudo, percebeu-se que diante do universo pesquisado os resultados evidenciam um número de casos crescentes, sendo 873 casos em 2010 para 25.872 em 2018 no estado, quando analisada a macrorregião, houve um total de 1.751 casos, quanto à violência psicológica/moral, o pico máximo ocorreu em 2018, em ambas as regiões; o estudo mostra um aumento exorbitante da violência no que se concerne às mulheres pretas e pardas em situação de risco na Bahia, sobretudo na macrorregião. Conclui-se que é necessário um aumento de medidas que vise maior amparo e cuidado às vítimas, uma vez que o lar é "lugar mais perigoso para essas mulheres", o que culmina, frequentemente em violência de longa duração.

Palavras-chave: Estupro. Violência doméstica. Violência étnica. Violência por parceiro íntimo.

ABSTRACT

Violence alters society in countless ways, being disproportionate in relation to women, especially blacks and browns in situations of vulnerability, which makes them prone to marks that influence their daily lives. The objective of this theme was to analyze the prevalence of domestic, sexual and / or other conditions in black and brown women in the period from 2010 to 2018, in the extreme south of Bahia. For the concreteness of this research, in the methodological field, an epidemiological, cross-sectional, descriptive approach was chosen secondary information provided by the Ministry of Health in the DATASUS database, evaluating the state and the macro-region of the Far South, correlating with the number of psychological / moral violence in both. Upon entering the questions that guided this study, it was noticed that in view of the universe researched, the results show a growing number of cases, from 873 cases in 2010 to 25,872 in 2018 in the state, when the macro-region was analyzed, there were a total of 1,751 cases, as for psychological / moral violence, the maximum peak occurred in 2018, in both regions; the study shows an exorbitant increase in relation to black and brown women at risk in Bahia, especially in the macro-region. It is concluded that it is necessary to increase measures aimed at providing greater protection and care for the victims, since that the home is "the most dangerous place for these women", which culminates, often in long-term violence.

Keywords: Domestic violence. Ethnic violence. Intimate partner violence. Rape.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica apresenta-se de maneiras distintas, tanto física quanto psicológica, moral e sexual, e, juntas, configuram grave violação dos direitos humanos. Muitas questões estão relacionadas a isso: como a dependência financeira de um parceiro ou por fator psicológico, em que se acredita ser natural o sexo masculino exercer a dominação, sendo a mulher sua submissa, por tratar-se de uma sociedade machista, em que há necessidade de lutar pelo empoderamento feminino. Constituindo, assim, um grave problema de saúde, perpetuando-se principalmente pelo fato de ter uma relação emocional afetiva entre vítima e agressor.

Abordar a violência doméstica sofrida entre mulheres pretas e pardas é historiar o que foi essa personagem na sociedade até o tempo presente. A construção das desigualdades sociais foi o grande vetor para o crescimento da violência, levando a algumas práticas delitivas. De acordo com dados recentes, “a violência contra as mulheres é a violação de direitos humanos mais tolerada no mundo” (Organização das Nações Unidas [ONU], 2015).

Abuso sexual, violência contra a mulher, vulnerabilidade feminina, todas estas manchetes ficam ainda mais evidentes quando se percebe que além de oprimidas, grande parte dessas mulheres são pretas e pardas (Carrijo & Martins, 2020). O conjunto de convicções preconceituosas relacionada a etnias, que foi instituída no Brasil, durante o período colonial, perdura até os dias atuais na cultura social (Riscado et al., 2010). De maneira histórica, a mulher negra preenche a última posição dentro da sociedade, pois conta com um elemento biológico específico: a concentração de melanina presente na pele. São mulheres que lutam diariamente contra o racismo, a miséria, o machismo e consequentemente com a violência, principalmente dentro de seu próprio lar (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019).

Em se tratando do tipo de violência doméstica, é importante destacar uma das características que mais persiste: a violência psicológica, ou seja, todas as ações pertinentes à transgressão dos valores morais das vítimas, atingindo vários aspectos da sua vida, deixando traumas profundos (Hajnasiri et al., 2016; Bacchus et al., 2018). Foi avaliado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPS) e Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) que a violência contra as mulheres assume muitas formas, incluindo a violência física, sexual e emocional, estupro e coerção, tráfico e feminicídio, sendo causada principalmente pelo parceiro íntimo (OPAS/OMS, 2020). Questões relacionadas à violência em suas mais diversas formas afetam a sociedade em geral, porém, de forma desproporcional, possuindo uma maior prevalência em mulheres pretas (Sabri & Gielen, 2019).

O objetivo do presente estudo foi analisar a prevalência da violência doméstica, sexual e/ou outras violências em mulheres pretas e pardas em situação de vulnerabilidade ocorridas de 2010 a 2018 no extremo sul baiano, evidenciando notificações referentes à violência psicológica/moral.

Faz-se necessário um levantamento epidemiológico, visando a entender o panorama de violência, por meio de indicadores que ajudem a compreender a problemática que aspira ao melhoramento nos programas de incentivo e apoio às vítimas, assim como a realização de políticas públicas direcionadas a quebra do ciclo de violência.

MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizado um estudo epidemiológico, transversal, retrospectivo, descritivo sobre a violência doméstica, sexual e/ou outras violências em mulheres pretas e pardas, por meio de informações secundárias disponibilizadas pelo Ministério da Saúde, no sistema de consulta de banco de dados do Departamento de Informática do SUS (DATASUS/TABNET), classificados como Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), por meio de dados inseridos na ficha de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, do ano de 2010 a 2018, sendo quantificados por filtros.

Para a inserção de fatores de inclusão, foi estabelecido o sexo feminino, pessoas que se identificam nos cadastros como sendo pretas ou pardas. O contexto escolhido de amostragem foi o

estado da Bahia, então, averiguou-se dentro do estado a prevalência da violência psicológica/moral em relação à macrorregião de saúde do Extremo Sul. Na concretude do presente estudo, quanto aos critérios de exclusão, não foram analisados dados fornecidos pelo sistema como sexo masculino, em branco ou ignorado; em relação à raça, não foram analisadas a população enquadrada como raça branca, amarela ou indígena, assim como dados de fichas onde a raça não foi estabelecida, também foram excluídos dados relacionados a outros estados dentro do Brasil, que não o estado da Bahia. Por ser uma pesquisa realizada com dados de domínio público, sem identificação dos participantes, não foi necessária a aprovação por parte do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Posterior à análise das estatísticas, foi utilizado o programa Microsoft Excel 2010 para calcular o aumento percentual e percentual do total.

A análise descritiva foi embasada em artigos e periódicos publicados pela Organização Mundial de Saúde/Organização Pan-americana de Saúde (2020), Organização das Nações Unidas (2020) e em estudos sobre o tema abordado, visando à fundamentação teórica necessária para estudo epidemiológico, e principalmente na pesquisa de Day et al. (2003) que apesar de representar uma publicação atual, confirma a estimativa realizada na pesquisa quando comparado aos dados epidemiológicos recentes disponibilizados pelo Sistema de Agravos de Notificações (SINAN) gerenciados pelo Ministério de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação aos resultados apresentados, o objeto investigado é ilustrado pela ideia que compõe a citação de Crenshaw (2002), cujo conceito aponta que a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Trata-se especificamente da forma como o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas às mulheres, às raças, às etnias, às classes etc. Assim, cabe lembrar que, apesar dos elementos em relação a suscetíveis sobre violência doméstica, as mulheres pretas e pardas estão em um quantitativo elevado em situação de vulnerabilidade. De acordo o supracitado, observou-se um total de 25.872 casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências em mulheres de raça preta e parda no período de 2010 a 2018, com um aumento frequente ao longo dos anos, podendo ser constatado por meio da Figura 1.

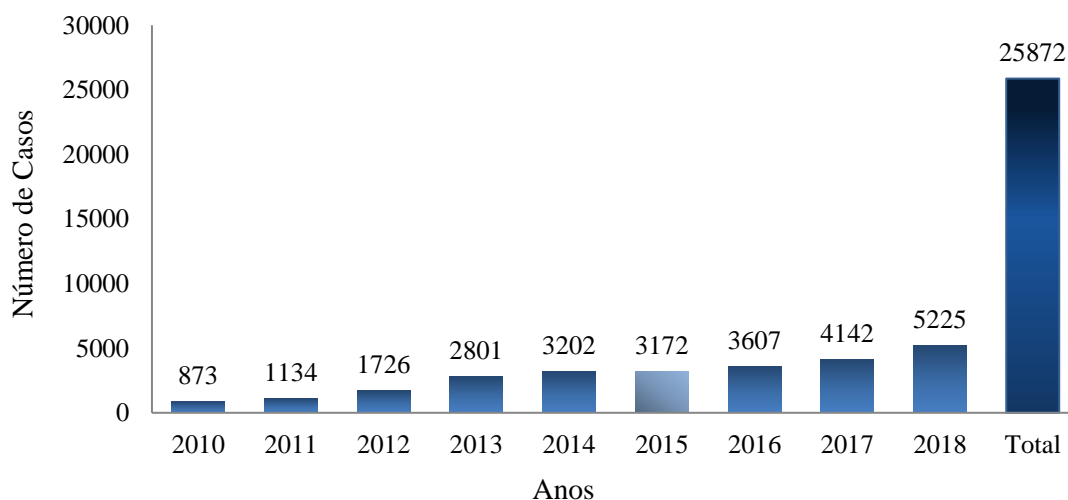


Figura 1. Análise do número de casos violência doméstica, sexual e/ou outras violências em mulheres pretas e pardas – Bahia – 2010 - 2018.

Fonte: Os autores; dados extraídos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS), enquadradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

Nota-se que 2018 foi o ano com maior número de notificações, evidenciando um aumento aproximado de 26% em relação a 2017. É importante salientar, que no ano de 2015 houve uma redução de 30 casos em relação aos números notificações no ano anterior, o que pode ser relacionado a inúmeros fatores, porém na tentativa de explicar esse cenário, acredita-se que a subnotificação seja pela falta de denúncia da vítima referente às violências sofridas.

Na Figura 2, podem ser analisadas as taxas de notificações relacionadas à violência psicológica/moral, tendo como zona de estudo epidemiológico todo o estado da Bahia, totalizando 10.359, com um aumento marcante do número de casos notificados em um espaço de tempo de quase uma década. Em 2010, foram verificados 329 casos, quando associado a 2018, que mostra um valor de 2.076 casos notificados. Foi evidenciado um aumento ao longo do período analisado, havendo uma exceção nos anos de 2015 e 2016 que apresentaram uma diminuição no número de casos em relação ao padrão de crescimento do ano de 2014, retornando a subir no ano de 2017, como visto no estudo de violência geral em todo o estado (Figura 1). Essa queda foi observada inclusive, tanto para os casos totais de violência, quanto para o tipo de violência psicológica/moral.

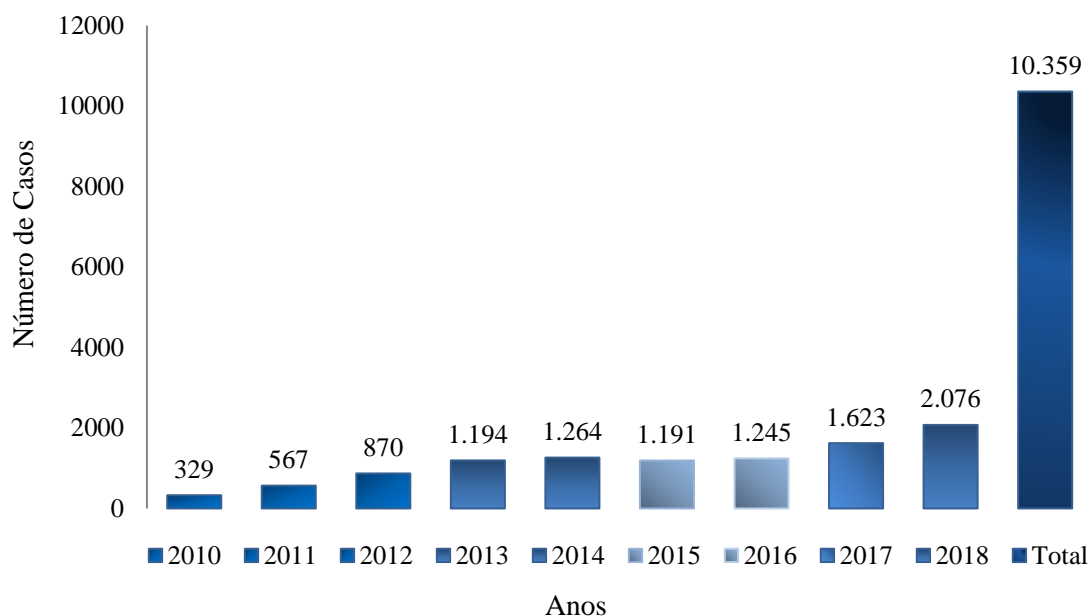


Figura 2. Análise do número de casos violência psicológica/moral em mulheres pretas e pardas – Bahia – 2010 - 2018.

Fonte: Os autores; dados extraídos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS), enquadradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

Analisando os dados de notificação dos mesmos tipos de violência em mulheres pretas e pardas, no período de tempo de 2010 a 2018, na macrorregião de saúde do Extremo Sul (NRS – Teixeira de Freitas), observa-se um total de 1.751 casos, com aumento de frequência rápido no período de tempo estudado, mantendo valores abaixo de 100 casos/ano, nos três primeiros anos de estudo, porém em 2013, os resultados são mais que o dobro do ano anterior, mantendo o padrão de crescimento ao longo dos anos, com um pequeno rebaixamento nos anos de 2016 e 2017, sendo menos 28 casos notificados no primeiro ano e menos 24 casos no ano seguinte em relação ao ano de 2015. No ano de 2018, houve um aumento de 143 casos frente ao ano anterior, como pode ser observado na Figura 3.

Os dados presentes na Figura 3 mostram uma prevalência da violência psicológica/moral nesta parcela da população estudada, no mesmo período de tempo, observando os resultados totais da macrorregião de saúde do Extremo Sul da Bahia (NRS – Teixeira de Freitas) e o número de notificações de violência psicológica/moral em mulheres pretas e pardas na mesma zona, apresentando um total de 683 notificações. Com um aumento crescente ao longo dos anos e uma

diminuição notável de 33 casos apenas no ano de 2016 em relação a 2015, diferentemente dos valores de notificação por ano de todo o estado que tiveram baixas gradativas em ambos os anos.

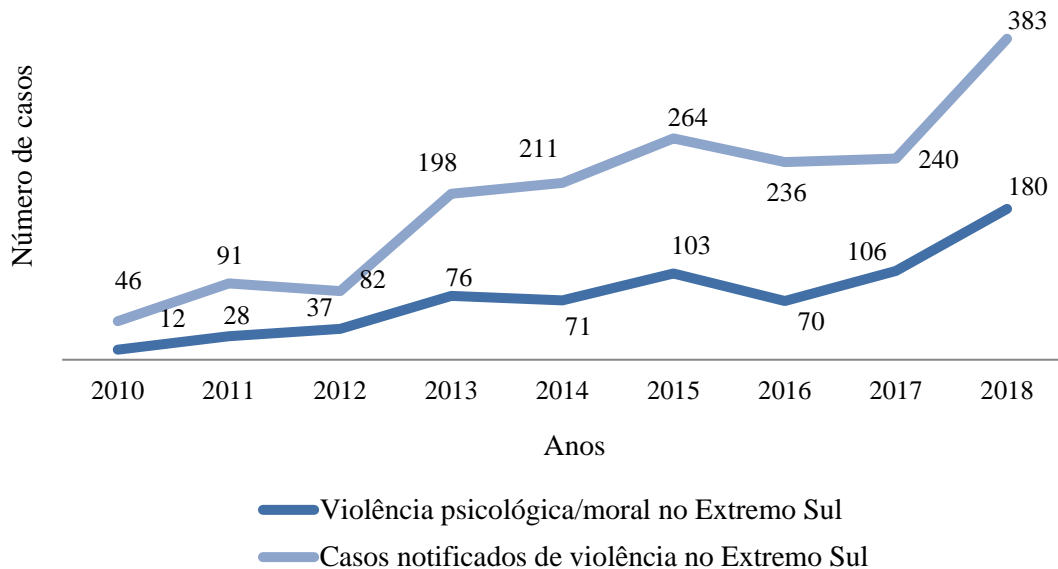


Figura 3. Análise do número de casos violência total e de psicológica/moral em mulheres pretas e pardas – Extremo sul da Bahia – 2010 - 2018.

Fonte: Os autores; dados extraídos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS), enquadradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

Ao analisarem-se as notificações de violência no geral ao longo dos anos em todo o estado, se evidenciou um aumento por volta de 498%. Dados preocupantes quando se coloca em evidência o extremo sul em relação à violência psicológica/moral, que apresenta separadamente um total de 39% do número total de casos notificados de violência doméstica e outras contribuintes, sendo 2010 o ano de menor prevalência com aproximadamente de 2%, contraposto com 2018 que apresentou um total de 26,3%.

Baseado principalmente no estudo de Day *et al.* (2003), realizou-se uma análise quantitativa simples dos dados, que evidenciou um resultado provável: foi estimado o número aproximado de potenciais vítimas de abuso sexual com base no número de casos notificados de violência psicológica/moral no ano de maior prevalência apenas no extremo sul, por meio dos números observados na Figura 3. Em relação ao Extremo Sul da Bahia, o ano de maior prevalência foi 2018 com 180 casos notificados, sendo estimado que destas mulheres aproximadamente de 45 a 90 mulheres também sofreram algum tipo de abuso sexual. Quando os resultados foram filtrados por meio do Sistema de Agravos de Notificação (SINAN), gerenciado pelo Ministério da Saúde, por meio do banco de dados do DATASUS TABNET, os resultados reais permaneceram dentro da taxa estimada, sendo notificados 48 casos de violência sexual em mulheres que sofreram também violência psicológica/moral, o total de casos notificados por ano pode ser analisado na Tabela 1.

Mulheres jovens, pobres e socialmente invisíveis, que sofrem violência doméstica, principalmente por meio da violência psicológica, praticados por seu parceiro íntimo e de um quarto a metade das vezes, também acompanhada de sexo forçado (Day et al., 2003). Mediante a esta análise, dado o número de habitantes, principalmente do Extremo Sul, tem-se uma preocupação com o quantitativo de casos de violência psicológica/moral em todo estado, o que é considerado alarmante pelo extrato da amostra.

Tabela 1

Análise do número de casos violência psicológica/moral e sexual em mulheres pretas e pardas – Extremo Sul da Bahia – 2010 - 2018.

Ano de notificação	Violência psicológica/moral	Violência sexual
2010	12	4
2011	28	8
2012	37	15
2013	76	22
2014	71	15
2015	103	25
2016	70	22
2017	106	38
2018	180	48
Total	683	197

Fonte: Os autores; dados extraídos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS), enquadradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

Estudos apontam a existência de um padrão fixo de violência, sendo mais presente e ocorrendo majoritariamente por meio da violência psicológica/moral, sendo esta sua forma inicial, que muitas vezes por fatores culturais acabam por favorecer a não efetivação da denúncia. De forma que um conjunto de medidas vem sendo tomado para diminuir as taxas de violência contra mulheres. A Portaria n.º 104 de 25 de janeiro de 2011 tornou compulsória a notificação de violência, sendo um método na tentativa de reversão principalmente da subnotificação, visando uma melhor vigilância em saúde, ampliando a visibilidade da violência, objetivando melhorias nas políticas públicas e sociais, assim como apoio, amparo e melhor tratamento às vítimas (Alcantara et al., 2016; Senado Federal, 2016).

É importante ressaltar que a violência doméstica contra a mulher envolve questões afetivas importantes, sendo o agressor normalmente um parceiro íntimo, que inicia o ciclo da violência, dificultando assim o rompimento dessa relação. De forma que, em muitos casos, a subnotificação deve-se a tendência da vítima em culpar-se pela violência sofrida, juntamente com medo, ameaças, violência psicológica, e outros fatores que fazem com que a vítima acabe por temer por sua vida e a integridade física dos seus filhos, de forma que não há a realização de denúncias da violência sofrida (Senado Federal, 2016). Quando estimado os fatores de risco para a violência intrafamiliar, a prevalência estimada de violência física ou sexual pelo parceiro é de aproximadamente 30% ao longo da vida, analisando-se mulheres a nível global (Yakubovich et al., 2018).

CONCLUSÃO

Tendo em vista os resultados expostos, foram observados 25.872 casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências em todo o estado no período de tempo avaliado. Constatou-se que 2018 foi o ano com maior prevalência de casos notificados em ambas as zonas de estudo, tendo um aumento de aproximadamente 26% em relação ao ano anterior em toda a Bahia.

Foi observado um aumento aproximado de 498% decorrente das notificações de violência no geral ao longo dos anos em todo o estado, mostrando resultados preocupantes em relação ao Extremo Sul da Bahia quanto à violência psicológica/moral, devido a menor densidade populacional. O estudo mostra um aumento crescente e exacerbado no número de violência contra essas mulheres, infelizmente, o “lar pode ser o lugar mais perigoso para essas mulheres” e, na maioria das vezes, a agressão é causada pelo parceiro íntimo.

Com o delineamento da pesquisa, cabe apontar um dado pontuado pela ONU (2015): “a violência contra as mulheres é a violação de direitos humanos mais tolerada no mundo”. A subjução

máxima da mulher por meio de seu extermínio tem raízes históricas na desigualdade de gênero e sempre foi invisibilizada e, por consequência, tolerada pela sociedade. [...].

Por fim, é de extrema necessidade a implementação de políticas públicas que identifiquem e descreva as diversas formas de violência, trazendo notoriedade e aprofundamento de forma a fomentar novas discussões sobre a temática na tentativa de reduzir/acabar com a violência contra as mulheres.

REFERÊNCIAS

- Alcantara, M. C., Souza, R. R., Caetano, L. G., Louzada, C. F., Silveira, A. R., Lima, J. d., . . . Machado de Melo, E. (2016). Subnotificação e invisibilidade da violência contra a mulher. *Revista Médica de Minas Gerais*, 313-317.
- Bacchus, L. J., Ranganathan, M., Watts, C., & Devries., K. (2018). Recent intimate partner violence against women and health: a systematic review and meta-analysis of cohort studies. *BJM Open*, 1-20. doi:10.1136/bmjopen-2017-019995
- Carrijo, C., & Martins, P. A. (2020). A violência doméstica e racismo contra mulheres negras. *Revistas Estudos Feministas*, 28(2), pp. 1-14. doi: 10.1590/1806-9584-2020v28n260721
- Crenshaw, K. (2002). *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. University of California – Los Angeles.
- Datasus. *Sistema de informação de agravos de notificações 2007 em diante*. TabNet; DataSus - TabNet; Pesquisa realizada entre o período correspondente de 15 a 31 de Julho de 2020.
- Day, V. P., Telles, L. E., Zoratto, P. H., Azambuja, M. R., Machado, D. A., Silveira, M. B., . . . Blank., P. (2003). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 25, 9-21. doi: 10.1590/S0101-81082003000400003
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2019). *Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 2.^a ed.
- Hajnasiri, H., Gheshlagh, R. G., Sayehmiri, K., Moaf, F., & Farajzadeh., M. (2016). Domestic violence among Iranian women: a systematic review and meta-analysis. *Iranian Red Crescent Medical Journal*. doi:10.5812/ircmj.34971
- OPAS/OMS. (2020). *Violência Doméstica e Violência Sexual*. OPAS Brasil.
- Organização das Nações Unidas. (2015). *Violência contra a mulher e a violação de direitos humanos mais tolerada no mundo*. Nações Unidas Brasil.
- Riscado, J. L., Oliveira, M. A., & Brito., Â. M. (2010). Vivenciando o racismo e a violência: um estudo sobre as vulnerabilidades da mulher negra e a busca de prevenção do HIV/aids em comunidades remanescentes de Quilombos, em Alagoas. *Saúde e Sociedade*, 19, 96-108.
- Sabri, B., & Gielen, A. (2019). Integrated multicomponent interventions for safety and health risks among black female survivors of violence: a systematic review. *Trauma, violence & abuse. PubMed Central*, 20, pp. 720-731. doi: 10.1177/1524838017730647
- Senado Federal. (2016). *Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais*. Senado Federal, Observatório da Mulher contra a Violência.

Yakubovich, A. R., Stöckl, H., Murray, J., Melendez-Torres, G., Steinert, J. I., Glavin, C. E., & Humphreys., D. K. (2018). Risk and protective factors for intimate partner violence against women: systematic review and meta-analyses of prospective-longitudinal studies. *American Journal of Public Health, 108*(7), pp. 1-11. doi: 10.2105/AJPH.2018.304428